

K
Si X
Calo Ads
Jui
A



ASSOL
ASSOCIAÇÃO DE
SOLIDARIEDADE
SOCIAL DE
LAFÕES

Demonstrações financeiras do
Ano findo em 31 dezembro 2021

Índice

Balanço em 31 de dezembro de 2021	3
Demonstração dos resultados por naturezas	4
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	5
Demonstração de fluxos de caixa	6
Anexo	7
1. Identificação da ASSOL	7
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais políticas contabilísticas	8
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
3.2.1 Ativos fixos tangíveis	10
3.2.2 Ativos intangíveis	11
3.2.3 Investimentos Financeiros	11
3.2.4 Inventários	11
3.2.5 Créditos a receber	12
3.2.6 Imposto sobre o rendimento	12
3.2.7 Fundadores, Beneméritos, Doadores e Associados	13
3.2.8 Caixa e depósitos bancários	13
3.2.9 Fundos patrimoniais	13
3.2.10 Fornecedores e outros passivos correntes	14
3.2.11 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento	14
3.2.12 Rédito	14
3.2.13 Subsídios, doações e legados à exploração	15
3.2.14 Gastos com pessoal / benefícios dos empregados	15
3.2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes	16
3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	16
4. Ativos fixos tangíveis	17
5. Ativos intangíveis	18
6. Investimentos Financeiros	18
7. Inventários	19
8. Créditos a receber	20
9. Estado e outros entes públicos	20
10. Associados	21
11. Outros ativos correntes	21
12. Diferimentos	22
13. Caixa e depósitos à ordem	22
14. Fundos Patrimoniais	23
15. Financiamentos obtidos	24
16. Fornecedores	25

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Carla' and 'A'.

17. Outros passivos correntes	25
18. Vendas e Prestação de serviços	26
19. Subsídios à Exploração	26
20. Fornecimentos e serviços externos	27
21. Gastos com o pessoal	29
22. Outros rendimentos	29
23. Outros gastos	30
24. Juros e gastos similares suportados	31
25. Acontecimentos após a data do balanço	31
26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	32
27. Termo de Responsabilidade	32
28. Outras informações	32

Handwritten signatures and initials in blue ink:
 - A large 'K' next to page 25.
 - A signature next to page 26.
 - A signature next to page 27.
 - A signature next to page 29.
 - A signature next to page 30.
 - A signature next to page 31.
 - A signature next to page 32.

Balanço em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	Valores em Euros	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	839 221,12	795 692,34
Ativos Intangíveis	5	1 111,14	1 119,26
Outros investimentos financeiros	6	13 956,10	11 291,47
		854 288,36	808 103,07
Ativo corrente			
Inventários	7	11 632,52	8 584,63
Créditos a receber	8	17 556,72	11 681,59
Estado e outros entes públicos	9	12 664,30	19 276,06
Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores/Doadores/Associados	10	4 539,25	2 916,50
Outros ativos correntes	11	655 711,35	681 701,39
Diferimentos	12	8 038,43	17 282,80
Caixa e depósitos bancários	13	271 078,78	180 120,06
		981 221,35	921 563,03
Total do ativo		1 835 509,71	1 729 666,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Outras reservas	14	698 778,48	561 226,55
Resultados transitados	14	210 196,78	210 196,78
Ajustamentos / Outras variações no fundos patrimoniais	14	184 359,47	165 881,82
Resultado líquido do período		162 188,31	137 551,93
Total dos fundos patrimoniais		1 255 523,04	1 074 857,08
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	15	151 428,46	182 857,06
		151 428,46	182 857,06
Passivo corrente			
Fornecedores	16	27 163,25	26 626,65
Estado e outros entes públicos	9	38 497,43	61 481,47
Financiamentos obtidos	15	31 428,60	31 428,60
Outros passivos correntes	17	331 468,93	352 415,24
		428 558,21	471 951,96
Total do passivo		579 986,67	654 809,02
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 835 509,71	1 729 666,10


Handwritten notes and signatures:
K
Gil
Carla Inês
Eugénia
Carla
Mário

A Direção



(Gil António Ferreira de Almeida - Presidente)

A Contabilista Certificada



(Sandra Arminda Guimarães Vasconcelos - C.C. nº 78.187)

(Eugénia Maria da Rocha Liz - Vice-presidente)

(Carla Inês Pereira de Melo - Secretária)

(Carlos Manuel Nogueira Antunes - Tesoureiro)

(Mário do Carmo Pereira - Vogal)

Demonstração dos resultados por naturezas

Ano findo em 31 de dezembro de 2021

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Valores em Euros	
		Ano	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	18	328 515,53	269 597,46
Subsídios, doações e legados à exploração	19	2 095 469,26	2 048 709,32
Variação nos inventários da produção	7	(861,16)	(417,11)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	(4 807,24)	(6 526,59)
Fornecimentos e serviços externos	20	(367 151,53)	(359 132,35)
Gastos com pessoal	21	(1 487 103,74)	(1 406 117,19)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	350,00	-
Outros rendimentos	22	57 931,11	53 672,94
Outros gastos	23	(358 996,36)	(377 242,91)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		263 345,87	222 543,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 / 5	(98 900,75)	(81 900,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		164 445,12	140 643,11
Juros e rendimentos similares obtidos	24	20,00	-
Juros e gastos similares suportados	24	(2 276,81)	(3 091,18)
Resultado antes de impostos		162 188,31	137 551,93
Resultado líquido do período		162 188,31	137 551,93

A Direção


(Gil António Ferreira de Almeida - Presidente)


(Eugénia Maria da Rocha Liz - Vice-presidente)


(Carla Inês Pereira de Melo - Secretária)


(Carlos Manuel Nogueira Antunes - Tesoureiro)


(Mário do Carmo Pereira - Vogal)

A Contabilista Certificada


(Sandra Arminda Guimarães Vasconcelos - C.C. nº 78.187)

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no ano 2021

Valores em Euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais - 2021				Total
		Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	561 226,55	210 196,78	165 881,82	137 551,93	1 074 857,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação de Resultados		137 551,93	-	-	(137 551,93)	-
Reconhecimento de subsídios ao investimento		-	-	27 310,05	-	27 310,05
Doações de Imobilizado		-	-	(8 832,40)	-	(8 832,40)
	2	137 551,93	-	18 477,65	(137 551,93)	18 477,65
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				162 188,31	162 188,31
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	1 + 2 + 3	698 778,48	210 196,78	184 359,47	162 188,31	1 255 523,04

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no ano 2020

Valores em Euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais - 2020				Total
		Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	4	508 138,30	210 196,78	5 720,00	53 088,25	777 143,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação de Resultados		53 088,25	-	-	(53 088,25)	-
Reconhecimento de subsídios ao investimento		-	-	162 661,82	-	162 661,82
Doações de Imobilizado		-	-	(2 500,00)	-	(2 500,00)
	5	53 088,25	-	160 161,82	(53 088,25)	160 161,82
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	6				137 551,93	137 551,93
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	4 + 5 + 6	561 226,55	210 196,78	165 881,82	137 551,93	1 074 857,08

A Direção


(Gil António Ferreira de Almeida - Presidente)


(Eugénia Maria da Rocha Liz - Vice-presidente)


(Carla Inês Pereira de Melo - Secretária)


(Carlos Manuel Nogueira Antunes - Tesoureiro)


(Mário do Carmo Pereira - Vogal)

A Contabilista Certificada


(Sandra Arminda Guimarães Vasconcelos - C.C. n.º 78.187)

Demonstração de fluxos de caixa

Ano findo em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	Valores em Euros	
	Ano	
	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	323 075,22	271 589,86
Pagamento de bolsas	(349 600,68)	(384 505,11)
Pagamentos a fornecedores	(372 588,01)	(358 521,69)
Pagamentos ao pessoal	(1 482 462,92)	(1 343 105,55)
Caixa gerada pelas operações	(1 881 576,39)	(1 814 542,49)
Outros recebimentos/pagamentos	2 122 934,33	1 997 042,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	241 357,94	182 499,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(141 587,47)	(255 874,03)
Ativos intangíveis	(2 436,39)	(2 640,34)
Outros Ativos	-	(150 000,00)
	(144 023,86)	(408 514,37)
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	27 310,05	65 567,03
Juros e rendimentos similares	20,00	-
	27 330,05	65 567,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(116 693,81)	(342 947,34)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(31 428,60)	(31 428,60)
Juros e gastos similares	(2 276,81)	(3 091,18)
	(33 705,41)	(34 519,78)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(33 705,41)	(34 519,78)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	90 958,72	(194 967,19)
Caixa e seus equivalentes no início do período	180 120,06	375 087,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	271 078,78	180 120,06

A Direção


(Gil António Ferreira de Almeida - Presidente)


(Eugénia Maria da Rocha Liz - Vice-presidente)


(Carla Inês Pereira de Melo - Secretária)


(Carlos Manuel Nogueira Antunes - Tesoureiro)


(Mário do Carmo Pereira - Vogal)

A Contabilista Certificada


(Sandra Arminda Guimarães Vasconcelos - C.C. nº 78.187)

Anexo

1. Identificação da ASSOL

A Associação de Solidariedade Social de Lafões (Doravante designada por ASSOL ou Instituição) com o NIF 501 863 940 foi fundada em 1987. Trata-se de uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 1987, por tempo ilimitado, tem a sua sede na Vila de Oliveira de Frades exercendo a sua ação nos concelhos de Lafões e em outras zonas do Distrito de Viseu.

A ASSOL exerce a sua ação através das seguintes valências:

- Intervenção Precoce na Infância;
- Centro de Recursos para a Inclusão (CRI);
- Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI);
- Fórum Sócio Ocupacional;
- Unidade Sócio Ocupacional (USO);
- Formação Profissional (POISE 149 e 246);
- Centro de Recursos para a Qualificação e o Emprego;
- Lar de Apoio;
- INR (GAPRIC), embora atenda um número significativo de pessoas e tenha um grande potencial de desenvolvimento tem um peso financeiro muito reduzido;
- Estágio Profissional / Inserção; e,
- Geral.

O “financiamento” dos gastos inerentes às valências disponibilizadas tem origem nos subsídios, doações e legados à exploração, atribuídos por instituições públicas e particulares e ainda pelas receitas dos utentes das diferentes valências, quando aplicável.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico:

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) constante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, sendo a moeda de apresentação o Euro, com arredondamento ao cêntimo.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e,
- c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2 Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e atendendo aos seguintes princípios:

3.1.1 Continuidade

Dado que se mantêm as necessidades e os objetivos para que foi criada a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas atividades. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”, respetivamente.

3.1.3 Consistência da apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os associados.

3.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao ano anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;

- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 - An arrow pointing to the first bullet point.
 - The name "C. A. S." written vertically.
 - A signature "C. A. S." written vertically.
 - Another signature written vertically.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A Instituição utiliza as taxas máximas de depreciação e efetua o seu registo por duodécimos atendendo ao mês em que os bens ficam disponíveis para uso. As taxas utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos intangíveis	Vida útil em anos	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	20 anos	5,00%
Equipamento básico	6 a 8 anos	12,5% a 16,66%
Equipamento de transporte	4 anos	25,00%
Equipamento de administrativo	5 a 8 anos	12,5% a 20%
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8 anos	12,5% a 25%

A Instituição revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período que varia entre 3 e 6 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos intangíveis	Vida útil em anos	Taxa de amortização
Programas de computador	3 anos	33,33%

Não é permitido neste referencial contabilístico a revalorização dos ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.3 Investimentos Financeiros

Estão registados ao custo de aquisição, não existindo entidades subsidiárias ou associadas.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os Inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.5 Créditos a receber

Os “Clientes/Utentes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu valor nominal estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.6 Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas; e,*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de*

tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo; e,

- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.7 Fundadores, Beneméritos, Doadores e Associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores e Associados e que se encontram com saldo no final do ano sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.8 Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui meios líquidos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.9 Fundos patrimoniais

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes; e,
- Subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.11 Financiamentos obtidos e gastos com financiamento

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo, deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial (Em substancia superior a 1, 2.... anos), caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras; e,
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

3.2.12 Rédito

É registado ao justo valor da venda e da prestação de serviços, deduzido de quaisquer impostos e descontos concedidos.

As prestações de serviços refletem, nomeadamente, as transações efetuadas com os utentes das diversas valências. Estas prestações são reconhecidas atendendo ao princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data do seu recebimento e encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

O rédito proveniente dos juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo.

3.2.13 Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação, desenvolvimento e construção de ativos fixos tangíveis, estão registados em balanço na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.14 Gastos com pessoal / benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos colaboradores da Instituição podem incluir remunerações, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, diuturnidades, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Direção.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao ano, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 1 de janeiro do ano seguinte, sendo somente pago durante esse ano, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Adicionalmente, os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Instituição, quer por mútuo acordo, sempre que existam, são reconhecidos como gastos no ano em que ocorrerem.

Handwritten signature: Carlos Alves
Handwritten signature: [illegible]

3.2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados a menos que seja remota a possibilidade de um ex-fluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF - ESNL, os responsáveis pela Entidade utilizam estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 incluem:

- ✓ Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- ✓ Análise às perdas por imparidade dos ativos e utentes; e,
- ✓ Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em anos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

4. Ativos fixos tangíveis

A rubrica de "Ativos fixos tangíveis" para os anos de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

2021								
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01-01-2021	208 256,60	1 262 649,50	40 055,38	503 228,13	218 452,54	90 948,30	173 925,49	2 497 515,94
Adições	1 916,65	9 122,83	-	60 550,00	12 281,27	762,60	56 954,12	141 587,47
Alienações	-	-	-	(32 000,00)	(9 412,47)	(3 245,75)	-	(44 658,22)
Transferências / Reg.	-	222 921,51	(639,48)	-	(626,74)	(705,00)	(222 921,51)	(1 971,22)
Saldo em 31-12-2021	210 173,25	1 494 693,84	39 415,90	531 778,13	220 694,60	87 760,15	7 958,10	2 592 473,97
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01-01-2021	-	975 376,87	35 473,06	431 006,92	172 910,49	87 877,46	-	1 702 644,80
Adições	-	39 148,56	801,69	39 224,88	16 814,82	2 068,74	-	98 058,69
Alienações	-	-	-	(32 000,00)	(9 412,47)	(3 245,75)	-	(44 658,22)
Transferências	-	-	(795,81)	-	(1 367,92)	(628,69)	-	(2 792,42)
Saldo em 31-12-2021	-	1 014 525,43	35 478,94	438 231,80	178 944,92	86 071,76	-	1 753 252,85
Quantia escriturada	210 173,25	480 168,41	3 936,96	93 546,33	41 749,68	1 688,39	7 958,10	

2020								
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01-01-2020	208 256,60	1 247 875,09	39 912,68	474 077,13	196 292,85	87 050,66	3 936,00	2 257 401,01
Adições	-	14 774,41	963,90	29 151,00	22 159,69	3 897,64	169 989,49	240 936,13
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31-12-2020	208 256,60	1 262 649,50	40 055,38	503 228,13	218 452,54	90 948,30	173 925,49	2 498 337,14
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01-01-2020	-	942 668,35	34 832,47	400 347,98	158 137,01	85 577,43	-	1 621 563,24
Adições	-	32 708,52	640,59	30 658,94	14 773,48	2 300,03	-	81 081,56
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31-12-2020	-	975 376,87	35 473,06	431 006,92	172 910,49	87 877,46	-	1 702 644,80
Quantia escriturada	208 256,60	287 272,63	4 582,32	72 221,21	45 542,05	3 070,84	173 925,49	

A ASSOL efetuou os seguintes investimentos no ano de 2021:

➤ **Edifícios e outras construções:**

- ✓ Aquisição de mais uma loja - Fração AN, no Centro de S. Pedro do Sul, pelo montante de 7.250 euros, correspondente a 1.916,65 euros ao terreno e 5.749,96 euros ao edifício.
- ✓ Obra de pequena dimensão, para criação de um novo parque de estacionamento, pelo montante de 2.648,12 euros.
- ✓ Requalificação do telhado no Lar de Apoio, pelo montante de 724,75 euros.

- ✓ Terminou em 2021 o projeto de requalificação do Centro de Atividades para a Capacitação e Inclusão de Oliveira de Frades, transferindo o valor para projeto apoiado pelo IAPMEI – CENTRO-42-2018-07), pelo montante de 218 985,51 euros.
- **Equipamento de transporte:** aquisição de duas viaturas usadas pelo montante de 14.880 euros e 10.000 euros, respetivamente, e uma viatura nova pelo montante de 35.670 euros.
- **Equipamento administrativo:** aquisição de quatro impressoras multifunções, pelo montante de 2.174,25 euros; mobiliário pelo montante de 1.091,44 euros; dez computadores portáteis, ratos, mochilas pelo montante de 8.665,10 euros e uma máquina de lavar roupa pelo montante de 350,47 euros.
- **Outros ativos fixos tangíveis:** aquisição de um portão para a casa nova, pelo montante de 762.60 euros;

A Entidade tem dois imóveis (Artigos U-713 e U-906) hipotecados conforme referido na **nota 15**.

5. Ativos intangíveis

Nos anos de 2021 e 2020 a rubrica “Ativos intangíveis” tem o seguinte detalhe:

2021		2020	
Descrição	Programas de computador	Descrição	Programas de computador
Quantia escriturada bruta		Quantia escriturada bruta	
Saldo em 01-01-2021	2 456,93	Saldo em 01-01-2020	2 456,93
Adições	833,94	Saldo em 31-12-2020	2 456,93
Saldo em 31-12-2021	3 290,87	Amortizações acumuladas	
Amortizações acumuladas		Saldo em 01-01-2020	518,77
Saldo em 01-01-2021	1 337,67	Adições	818,90
Adições	842,06	Saldo em 31-12-2020	1 337,67
Saldo em 31-12-2021	2 179,73	Quantia escriturada	
Quantia escriturada	1 111,14	Quantia escriturada	1 119,26

A Instituição adquiriu em dezembro um programa de computador pelo montante de 833,94 Euros.

6. Investimentos Financeiros

Os movimentos efetuados nesta rubrica referem-se exclusivamente à contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). A Contribuição para este fundo aplica-se aos trabalhadores contratados a partir de 1 de outubro de 2013 e atingiu o montante de 12.651,74 Euros (2020: 9.987,11Euros), em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, bem como em 31 de dezembro de 2020, esta rubrica compreende, para além das contribuições para o FCT, as participações na COPAVIS, FORMEM, UIPSS, FNERDM e CNOD no montante total de 264,36 Euros.

A ASSOL no ano de 2018 subscreveu ações da norgarante da Caixa Geral de Depósitos no valor de 1.040,00 Euros, associadas ao financiamento bancário descrito na **nota 15**, os quais se mantiveram no ano de 2021. Estas ações apenas poderão ser alienadas, pelo seu valor nominal, no final da vigência e cumprimento total do contrato de empréstimo da linha "PME", uma vez terminada a garantia.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas de Inventários	31-12-2021	31-12-2020
Mercadorias	8 363,48	4 454,43
Produtos acabados e intermédios	3 269,04	4 130,20
Total	11 632,52	8 584,63

Quantia de Inventários reconhecida como gasto em 2021 e 2020:

Descrição	2021		2020		
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e	Total
Inventário inicial	4 454,43	4 454,43	5 065,15	-	5 065,15
Compras	5 973,08	5 973,08	-	5 915,87	5 915,87
Reclassificação e regularização de inventários	2 743,21	2 743,21	-	-	-
Inventário final	8 363,48	8 363,48	4 454,43	-	4 454,43
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas	4 807,24	4 807,24	610,72	5 915,87	6 526,59

Detalhe da variação da produção em 2020 e 2021:

Descrição	2021	2020
	Produtos acabados	Produtos acabados
Inventário inicial	4 130,20	4 547,31
Inventário final	3 269,04	4 130,20
Variação nos inventários na Produção	(861,16)	(417,11)

8. Créditos a receber

Clientes	Datas		
	31-12-2021	31-12-2020	Varição
Cientes / Utentes	17 556,72	11 681,59	5 875,13
Total de clientes	17 556,72	11 681,59	5 875,13

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Cientes / Utentes	31-12-2021	31-12-2020	Varições 2021/2020
Cientes gerais			
ARS - Centro	8 901,90	6 894,72	2 007,18
Outros	1 277,98	14,99	1 262,99
	<u>10 179,88</u>	<u>6 909,71</u>	<u>3 270,17</u>
Utentes			
CAO	5 626,33	3 121,00	2 505,33
FORUM São Pedro do Sul	278,00	140,00	138,00
Lar	268,00	134,00	134,00
USO	1 034,51	1 126,88	(92,37)
GAPRIC	160,00	250,00	(90,00)
	<u>7 376,84</u>	<u>4 771,88</u>	<u>2 594,96</u>
Total	17 556,72	11 681,59	5 875,13

9. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2021	31-12-2020	Variasões 2021/2020
	Corrente	Corrente	
Ativo:			
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA Suportado	12 664,30	19 276,06	(6 611,76)
Total ativo	12 664,30	19 276,06	(6 611,76)
Passivo:			
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	10 044,41	9 545,85	498,56
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA A Pagar	148,74	25 406,79	(25 258,05)
Contribuições para a segurança social	28 039,38	26 295,79	1 743,59
Outros	264,90	233,04	31,86
Total do passivo	38 497,43	61 481,47	(22 984,04)

O montante apresentado no ativo, resultou dos investimentos realizados em 2021 (nota 4), cujo reembolso, será pedido no decorrer de 2022.

No passivo, as rubricas "Imposto sobre o rendimentos das pessoas singulares" e "Contribuições para a Segurança Social", apresentam os encargos/descontos efetuados aos funcionários no processamento de salários do mês de dezembro, os quais foram pagos em janeiro de 2022.

A variação na subrubrica “Imposto sobre o valor acrescentado – IVA a Pagar”, é justificado pelas aquisições efetuadas em Ativos fixos tangíveis do último trimestre de 2020, o qual, foi pago em fevereiro de 2021.

10. Associados

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as quotas processadas aos associados e que ainda não foram liquidadas:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020	Variações
Associados	17 177,75	15 905,00	1 272,75
Perdas por imparidade	(12 638,50)	(12 988,50)	350,00
Total ativo	4 539,25	2 916,50	1 622,75

Movimentos em perdas de imparidade no ano 2021:

Imparidade	Saldo inicial	Reversão	Saldo final
Associados (quotas)	12 988,50	(350,00)	12 638,50
Saldo	12 988,50	(350,00)	12 638,50

A Instituição reverteu perdas por imparidade de Associados no montante de 350 Euros, pelos associados terem procedido ao pagamento dos valores em dívida.

11. Outros ativos correntes

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Outros ativos correntes	31-12-2021	31-12-2020	Variações 2021/2020
	Total	Total	
POISE	406 277,63	391 449,01	14 828,62
CRE	14 563,83	7 610,46	6 953,37
IAPMEI - Projeto Centro 42-2018-07	11 245,90	97 094,79	(85 848,89)
IEFP	4 197,76	9 981,38	(5 783,62)
Devedores por acréscimo de rendimentos	16 063,86	16 050,67	13,19
Utentes e Entidades c/ compensações	1 444,31	1 864,31	(420,00)
AEC'S	1,50	-	1,50
Saldos devedores de fornecedores	538,01	2 044,92	(1 506,91)
Adiantamentos ao pessoal	650,00	650,00	-
Outros Devedores	728,55	4 955,85	(4 227,30)
Depósitos a prazo	200 000,00	150 000,00	50 000,00
Total	655 711,35	681 701,39	(25 990,04)

A variação da rubrica “Outros ativos correntes” deve-se ao seguinte:

- A variação dos montantes a receber relativos ao projetos “CRE” e “POISE”, resulta de gastos já incorridos/reconhecidos superiores ao ano anterior (*houve mais atividades com o alívio das restrições impostas pela pandemia COVID 19*), que serão recebidos no ano 2022.
- Redução do saldo do “IAPMEI - Projeto Centro 42-2018-07”, pelo recebimentos ocorridos no ano (*projeto aprovado no ano 2020, no montante de 162.661,82 Euros*) (notas 4 e 14).
- O montante a receber do IEFP resulta de dois contratos de apoio a estágios que se perspectiva ser recebido no decorrer de 2022.
- Aplicação no ano de 50.000 Euros em depósitos a prazo com vencimento superior a 3 meses.

As restantes subrubricas mantiveram-se em linha com o ano anterior.

12. Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” tem o seguinte detalhe:

Diferimentos	Datas		Variações 2021/2020
	31-12-2021	31-12-2020	
Gastos a reconhecer			
Seguros	469,65	5 976,42	(5 506,77)
Rendas antecipadas	240,00	500,00	(260,00)
Outros gastos a reconhecer	7 328,78	10 806,38	(3 477,60)
Total do Ativo	8 038,43	17 282,80	(9 244,37)

A diminuição na rubrica “Seguros”, é justificada pela alteração do período de cobertura, com a mesma a coincidir com o ano civil.

O montante reconhecido na rubrica “Outros gastos a Reconhecer” deve-se ao reconhecimento em 2020 das licenças de utilização de software, certificação de excelência EPR (European Platform For Rehabilitation) e da atualizações de antivírus.

13. Caixa e depósitos à ordem

Os saldos da rubrica Caixa e os depósitos à ordem encontram-se disponíveis para uso e apresentam o seguinte detalhe:

Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	2021			2020		
	Subsídios	Doações	Total	Subsídios	Doações	Total
Saldo em 1 de janeiro	165 161,82	720,00	165 881,82	5 000,00	720,00	5 720,00
Aumentos do período						
Reconhecimento de subsídios ao investimento	27 310,05		27 310,05	162 661,82		162 661,82
Total dos aumentos do período	27 310,05	-	27 310,05	162 661,82	-	162 661,82
Diminuições do período						
Imputação de subsídios ao investimento a rendimentos do período	(8 832,40)		(8 832,40)	(2 500,00)		(2 500,00)
Total das diminuições do período	(8 832,40)	-	(8 832,40)	(2 500,00)	-	(2 500,00)
Saldo em 31 de dezembro	183 639,47	720,00	184 359,47	165 161,82	720,00	165 881,82

A variação ocorrida nesta rubrica resulta das seguintes situações:

- Reconhecimento do Subsídio ao investimento CENTRO-42-2018-07, no montante de 27.310,05 (2020: 162.661,82 Euros), relacionado com a requalificação de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão de Oliveira de Frades, acréscimo/majoração da participação (notas 4 e 11).
- Imputação do subsídio a rendimento do ano, utilizando como critério a taxa de depreciação praticada ao bens subsidiados (nota 22):
 - Edifício de São Pedro do Sul – 2.500 euros;
 - Edifício de Oliveira de Frades – 6.332,40 euros.

15. Financiamentos obtidos

RUBRICAS	Datas					
	31-12-2021			31-12-2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários	151 428,46	31 428,60	182 857,06	182 857,06	31 428,60	214 285,66
Totais	151 428,46	31 428,60	182 857,06	182 857,06	31 428,60	214 285,66

A ASSOL contraiu dois financiamentos bancários junto da Instituição bancária “Caixa Geral de Depósitos”:

- Um em julho de 2018 referente a uma linha de crédito no montante de 80.000 Euros destinada ao investimento em Ativo fixo tangível – Equipamento de transporte (nota 4) que em 31 de dezembro de 2021 tem um valor em dívida de 42.857,18 Euros; e,
- Outro em dezembro de 2018 no montante de 200.000 Euros, com um prazo global de 120 meses, destinado à aquisição do prédio urbano situado em Oliveira de Frades (artigos U-713 e U-906), os quais foram hipotecados a favor da Instituição Bancária e que a 31 de dezembro de 2021 tem um valor em dívida de 139.999,88 Euros.

Ambos os financiamentos bancários encontram-se a ser reembolsado nos prazos e condições contratadas com a instituição bancária.

16. Fornecedores

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

Rubricas	31-12-2021	31-12-2020	Variações 2021/2020
Fornecedores c/c	27 163,25	26 626,65	536,60
Totais	27 163,25	26 626,65	536,60

17. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Datas		Variações 2021/2020
	31-12-2021	31-12-2020	
Credores por acréscimo de gastos	224 346,75	212 880,13	11 466,62
Pessoal	69 113,10	66 690,03	2 423,07
Outros Credores	36 554,08	56 143,68	(19 589,60)
Utentes e Entidades c/ Compensações	1 445,00	1 275,00	170,00
Saldos credores de clientes	10,00	488,50	(478,50)
Fornecedores de investimento	-	14 937,90	(14 937,90)
Totais	331 468,93	352 415,24	(20 946,31)

A variação da rubrica "Outros passivos correntes" deve-se ao seguinte:

- **"Credores por acréscimo de gastos"** é justificado pelo incremento na estimativa de férias e subsídio de férias (*aumento de 11.922 euros face à estimativa do ano 2020*);
- **"Pessoal"** resulta do processamento de salários aos funcionários do mês de dezembro de 2021, os quais foram pagos em janeiro de 2022;
- **"Outros credores"**, inclui:
 - O montante de 26.804,82 euros, entregue por um utente, para fazer face aos gastos futuros que a Associação tenha com o mesmo;
 - A caução efetuada ao fornecedor "Viso Edifica - Unipessoal Lda" no montante de 8.555 euros, referente à obras de requalificação do Centro de Atividades para a Capacitação e Inclusão de Oliveira de Frades, a qual será restituída no final do prazo de 5 anos, caso não existam intervenções/reparações.
- **"Fornecedores de Investimento"** no final do ano não existiam dívidas aos fornecedores de investimento. No ano anterior apresentava a dívida ao fornecedor "Viso Edifica - Unipessoal Lda".

18. Vendas e Prestação de serviços

Esta rubrica tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2 021	2 020	Variações 2021/2020
Vendas			
Livros Técnicos	535,61	1 415,14	(879,53)
Prestação de serviços			
Unidade Sócio Ocupacional	194 775,28	174 141,47	20 633,81
Centros de Apoio Ocupacional	65 565,20	61 194,50	4 370,70
Lares	14 425,00	16 723,50	(2 298,50)
Forum Socio Ocupacional	5 225,00	3 352,50	1 872,50
Mensalidade GAP	1 690,00	350,00	1 340,00
	281 680,48	255 761,97	25 918,51
Outros serviços			
Quotizações e jóias	2 778,00	2 528,25	249,75
Serviços secundários	43 521,44	9 892,10	33 629,34
	46 299,44	12 420,35	33 879,09
Volume de negócios	328 515,53	269 597,46	58 918,07

A variação da rubrica deve-se, essencialmente, ao aumento de serviços extras referentes às tutorias (valor reconhecido na Subrubrica "Serviços secundários" - aumento de 30.285 euros face ao ano anterior).

A variação em "Unidade Sócio Ocupacional", deve-se ao aumento do número de utentes afetos a esta valência, sendo de 30 em 2021 (2020:27)

19. Subsídios à Exploração

A rubrica "Subsídios à Exploração" tem o seguinte detalhe:

Descrição	2021	2020	Variações 2021/2020
Provenientes da segurança social para as valências:			
Centros de Apoio Ocupacional	589 447,80	569 235,83	20 211,97
Lares	78 499,20	75 771,84	2 727,36
Forum	83 664,60	80 757,36	2 907,24
Intervenção Precoce	52 115,04	50 304,12	1 810,92
Provenientes do IEFP			
IEFP	13 650,32	23 817,74	(10 167,42)
CRE - IEFP	81 614,95	84 411,32	(2 796,37)
Provenientes do Departamento de Educação			
DGEste/CRI	228 028,20	202 923,39	25 104,81
Provenientes de Autarquias			
Oliveira de Frades	21 347,25	15 933,90	5 413,35
Tondela	3 900,00	-	3 900,00
Provenientes do Fundo Social Europeu			
POISE	912 502,91	923 085,48	(10 582,57)
Provenientes de outras entidade			
ADAPTAR SOCIAL +	-	7 968,06	(7 968,06)
ERASMUS - Universidade de Aveiro	14 500,80	14 500,28	0,52
Projectos - Apoio do INR, I.P.	4 076,89	-	4 076,89
Doações e heranças	12 121,30	-	12 121,30
Total	2 095 469,26	2 048 709,32	46 759,94

As principais alterações aos subsídios atribuídos à Instituição ao longo do ano de 2021, resultam das seguintes situações:

- **Segurança Social:** a atualização dos valores unitários de comparticipação da Segurança Social geraram um aumento genérico dos rendimentos das várias valências;
- **Provenientes do IEFP:**
 - **IEFP** - Foram reconhecidos no ano de 2021 os montantes relativos aos estágios dos funcionários e outros apoios relacionados com o pessoal.
 - **CRE** - No ano 2021 decorreu uma nova candidatura no âmbito do projeto “CRE”, com o reconhecimento do subsídio correspondente, de acordo os gastos associados ao projeto .
- **DGESTE/CRI:** a alteração nesta rúbrica, deve-se ao reconhecimento de um rendimento em falta;
- **Autarquias** - Município de Oliveira de Frades: foi celebrado um protocolo com o município que visa a seleção e recrutamento de profissionais, devidamente habilitados, para lecionar Atividades de Enriquecimento Curricular (designadas AEC’s) no primeiro ciclo do ensino básico no concelho de Oliveira de Frades;
- **POISE:** no ano de 2021 continuou a decorrer o projeto “POISE 246” tendo terminado o projeto “POISE 149”.
- No âmbito do **Programa Erasmus**, no ano 2021 verifica-se a continuidade do projeto de parceria com a Universidade de Aveiro;
- **Projetos – Apoio do INR, I.P.** – regista os subsídios atribuídos pelo “INR”, no âmbito de vários projetos (no ano anterior os subsídios foram reconhecidos na rubrica “outros rendimentos” (nota 22); e,
- A rúbrica **doações e heranças**, reflete os donativos recebidos.

20. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” evidencia uma aumento de gastos em várias rubricas, tendo o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2021	2020	Variações 2021/2020
Conservação e reparação	57 844,11	40 064,18	17 779,93
Combustíveis	48 022,83	35 619,55	12 403,28
Subcontratos	32 079,77	28 835,21	3 244,56
Trabalhos especializados	31 992,69	39 877,51	(7 884,82)
Outros serviços	29 128,80	24 337,19	4 791,61
Deslocações de Utentes	24 587,87	24 074,79	513,08
Rendas e alugueres	21 570,00	20 455,00	1 115,00
Honorários	19 447,30	15 869,25	3 578,05
Electricidade	15 876,23	15 838,52	37,71
Seguros	12 884,30	13 427,36	(543,06)
Limpeza, higiene e conforto	11 498,54	33 468,56	(21 970,02)
Material de escritório	10 856,29	9 923,10	933,19
Deslocações, estadas e transportes	9 551,67	4 960,04	4 591,63
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8 077,58	7 755,31	322,27
Alimentação - utentes	8 024,10	7 205,25	818,85
Vestuario e Calçado de Utentes	7 624,86	14 844,67	(7 219,81)
Comunicação	6 833,18	6 765,86	67,32
Seguros - Utentes	4 243,51	5 739,91	(1 496,40)
Outros	7 007,90	10 071,09	(3 063,19)
Total	367 151,53	359 132,35	8 019,18

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 Síntese
 Carlos A. S.
 [Signature]
 [Signature]

De seguida apresentamos as principais variações da rubrica “Fornecimentos e Serviços externos” ao longo do ano de 2021:

- **Conservação e Reparação:** o aumento desta rubrica deve-se ao aumento dos gastos com reparações/manutenção das viaturas, em consequência do retomar da atividade, implicando uma maior utilização da frota;
- **Limpeza, higiene e conforto:** A diminuição da rubrica está diretamente relacionado com o diminuição da necessidade de aquisições de material de limpeza e desinfeção dos edifícios e equipamentos de proteção, para a COVID 19.
- **Combustíveis:** o aumento deve-se ao aumento da utilização das viatura, em resultado do aumento das atividades realizadas (ASUS) pelos nossos utentes.
- **Deslocações, Estadas e Transportes:** o aumento deve-se às deslocações realizadas no âmbito do projeto do INR, bem como das deslocações realizadas pelo pessoal, relativo ao projeto Erasmus;

21. Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com o pessoal” tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2021	2020	Variações 2021/2020
Remunerações do pessoal	1 217 736,55	1 152 274,17	65 462,38
Indemnizações	38,88	1 403,23	(1 364,35)
Encargos sobre remunerações	254 347,50	240 378,38	13 969,12
Seguros	9 348,51	9 170,11	178,40
Outros gastos com pessoal	5 632,30	2 891,30	2 741,00
Total	1 487 103,74	1 406 117,19	80 986,55
Nº médio de colaboradores	76	77	(1)
Gasto médio por colaborador	19 567,15	18 261,26	1 305,89

O aumento deve-se a atualização do salário mínimo nacional, bem como, às progressões na carreira profissional e diuturnidades. No ano anterior, houve baixas médicas, períodos de isolamento profiláticos decretados pelas autoridades de saúde e pelo recurso ao apoio para acompanhamento de filhos menores de 12 anos, o que se traduziu na ausência de pagamento por parte da ASSOL.

22. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2021	2020	Variações 2021/2020
Rendimentos suplementares	24 219,47	13 998,93	10 220,54
Rendimentos em investimentos não financeiros	10 961,53	1 186,00	9 775,53
Imputação de subsídios para investimentos	8 832,40	2 500,00	6 332,40
Correção de períodos anteriores	6 461,16	-	6 461,16
Reembolso IRS-0,5%	4 734,18	4 461,21	272,97
Proc. Tribunais	1 500,00	4 300,00	(2 800,00)
Outros	1 215,00	2 407,31	- 1 192,31
Descontos de pronto pagamento obtidos	7,37	-	7,37
Outros rendimentos	-	14 260,99	(14 260,99)
Donativos	-	10 558,50	(10 558,50)
Total	57 931,11	53 672,94	4 258,17

As variações nesta rubrica foram as seguintes:

- **Rendimentos suplementares:** são referentes à prestação de serviços sociais, venda de artigos das oficinas de encadernação, curso online, protocolo de cooperação, venda de energia e outros;

[Handwritten signature]

- **Rendimentos em investimentos não financeiros:** refere-se à indemnização do sinistro ocorrido no Lar de Apoio, resultante de intempéries, bem como, a venda do salvado de uma viatura sinistrada;
- **Correções de períodos anteriores:** procedeu-se ao acerto do projeto do CRE do ano 2020, no valor de 3.949,09 euros, bem como, regularização do Projeto USO no valor de 1.089,12 euros, por ambos os projetos terem terminado no ano;
- **Proc. Tribunais -** recebimentos resultantes de processos em tribunal são referentes aos donativos recebidos ao abrigo do disposto no artigo 281º do Código de Processo Penal; e,
- **Outros Rendimentos -** Por indicação da entidade responsável “INR”, os subsídios atribuídos aos vários projetos desenvolvidos foram transferidos para a rubrica “Subsídios à exploração”, no ano anterior incluía os subsídios atribuídos aos projetos “Todos podem participar”, “Uma pausa para quem cuida” e “Os outros talentos ao serviço do outros (Nota 19).”

[Handwritten signatures and initials]

23. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2021	2020	Variações 2021/2020
Bolsa Sub/Formandos	246 175,27	258 326,71	(12 151,44)
Sub. Alim. Formandos	100 441,89	107 473,60	(7 031,71)
Correções relativas a períodos anteriores	5 855,04	4 337,39	1 517,65
Acolhimento de Dependentes a Cargo	2 090,02	2 779,51	(689,49)
Impostos	1 691,98	1 303,36	388,62
Quotizações	1 120,00	1 020,00	100,00
Gratificacoes de Estimulo a Utentes	893,50	1 070,40	(176,90)
Gastos em investimentos não financeiros	456,00	248,63	207,37
Ofertas e amostras de inventários	140,66	-	140,66
Donativos	132,00	-	132,00
Outros não especificados	-	623,31	(623,31)
Gastos no srestantes investimentos financeiros	-	60,00	(60,00)
Total	358 996,36	377 242,91	(18 246,55)

A principal variação nesta rubrica foi a seguinte:

- **Gastos com Formandos (Bolsa Sub/Formandos e Sub. Alim. Formandos):** a diminuição deve-se ao término da candidatura 149 à formação profissional. Foi igualmente, influenciado pela valência do CRE, que apresenta uma diminuição do número de pessoas apoiadas em algumas medidas, uma vez que o número de pessoas apoiadas, depende do número de

encaminhamentos feitos pelos serviços de emprego, sendo muito sensível aos efeitos da pandemia COVID 19.

24. Juros e gastos similares suportados

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” tem o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2021	2020	Variações 2021/2020
Juros suportados	2 276,81	3 091,18	(814,37)
Total	2 276,81	3 091,18	(814,37)

Nesta rubrica encontram-se os juros suportados relativos aos financiamentos contraídos junto da CGD (nota 15).

25. Acontecimentos após a data do balanço

25.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção da ASSOL no dia 14 de março de 2021. No entanto os associados poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

25.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras ou realizadas divulgações.

Com o despoletar da invasão da Ucrânia por parte da Rússia, já se sente o aumento dos preços dos fatores energéticos (*petróleo, gás e eletricidade*) e dos produtos alimentares, por consequência, é expectável o aumento generalizados dos restantes bens de consumo.

Para enfrentar estes riscos a ASSOL conta com resultados económicos e financeiros equilibrados, mas também com a colaboração dos financiadores e dos cerca de 450 parceiros, que em conjunto são uma garantia da capacidade da ASSOL continuar a desenvolver as suas atividades apesar da provável crise económica.

A Entidade não está exposta diretamente ao efeitos da Guerra, poi a sua atividade é desenvolvida no território nacional e o seu principal parceiro são Instituições do Estado.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Si', 'Carlos', and 'Car'.

Ainda assim as perspetivas são agora mais animadoras, e existe uma maior confiança na retoma a uma situação mais "Normal" tendo em conta que alguns trabalhadores e pessoas apoiadas, na presente data, já se encontram vacinados.

Para enfrentar estes riscos a ASSOL conta com resultados económicos e financeiros equilibrados, mas também com a colaboração dos financiadores e dos cerca de 450 parceiros, que em conjunto são uma garantia da capacidade da ASSOL continuar a desenvolver as suas atividades apesar da provável crise económica.

26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A ASSOL não apresenta dívidas ao Estado e à Segurança Social em situação de mora.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Instituição em continuidade. A celeridade no recebimento das comparticipações recebidas da Segurança Social, e o facto de serem processadas tendo por base apenas o Nº de Utentes afetos a cada valência, é também um fator de segurança financeira para a Instituição e que lhe permite assegurar o pressuposto da continuidade.

27. Termo de Responsabilidade

A Direção e a Contabilista Certificada, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2021, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Para além das divulgadas no Anexo, não existem quaisquer outras responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor de terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Instituição, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Instituição, no âmbito da NCRF-ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades na suas demonstrações financeiras.

28. Outras informações

Face ao histórico e aos acordos de cooperação em vigor, a Direção acredita que estão criadas condições para que a ASSOL prossiga um desenvolvimento devidamente sustentado pelo que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade da Instituição a longo prazo.

O maior capital da ASSOL, neste momento, é o reconhecimento social do trabalho desenvolvido tanto a nível local, que se reflete no número de parcerias que com entidades locais, bem como o reconhecimento da ASSOL pelos colegas, que atuam no nosso setor, como também pelas entidades financiadoras como uma entidade de referência.

Esta é a maior garantia da sustentabilidade futura que se sustenta na melhoria contínua da oferta de serviços e da qualidade dos mesmos.

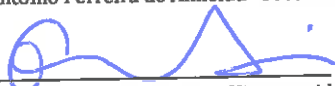
A ASSOL renovou em janeiro de 2020 a Certificação EQUASS de Excelência em Serviços Sociais sendo uma das poucas entidades que em Portugal e na Europa detém essa certificação nesse nível.

Oliveira de Frades, 14 de março de 2021

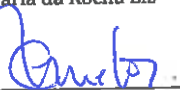
A Direção



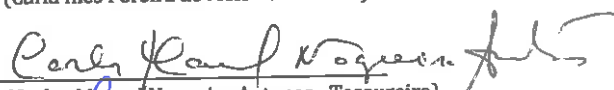
(Gil António Ferreira de Almeida - Presidente)



(Eugénia Maria da Rocha Liz - Vice-presidente)



(Carla Inês Pereira de Melo - Secretária)



(Carlos Manuel Nogueira Antunes - Tesoureiro)



(Mário do Carmo Pereira - Vogal)

A Contabilista Certificada



(Sandra Arminda Guimarães Vasconcelos - C.C. nº 78.187)